

**AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 103/2009**  
ATA DA SESSÃO PÚBLICA EM CAMPINAS – SP  
15 DE JANEIRO DE 2010

Aos quinze dias do mês de janeiro de 2010, às nove horas e trinta minutos, no Hotel Vila Rica, Salão Luiz Serson, situado à Rua Donato Paschoal, nº 100 - Bairro Parque Itália, Campinas/SP, foi iniciada a sessão pública da Audiência Pública nº 103/2009, realizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme convocação do aviso publicado no Diário Oficial da União do dia dezoito de dezembro de 2009 e aviso de prorrogação publicado no Diário Oficial da União do dia oito de janeiro de 2010, e também, em jornais de grande circulação nacional e local. A Audiência Pública nº 103/2009 tem o objetivo de colher contribuições sobre o processo de licitação da concessão dos serviços de transporte ferroviário de passageiros por um sistema de trem de alta velocidade entre as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, envolvendo os estudos de viabilidade, as minutas do edital de licitação e do contrato de concessão.

Para composição da mesa da audiência, foram indicados os seguintes representantes: senhor Nilo Moriconi Garcia, Ouvidor da ANTT e presidente da audiência; senhora Rafaela Paiva Brandão Lino, secretária da audiência; senhores Hélio Mauro França e Roberto Dias David, respectivamente, Superintendente e Gerente da Superintendência Executiva da ANTT; senhor Carlos Alberto São Tiago Hagström, representante da Procuradoria-Geral da ANTT; e senhores Paulo Lins e Ana Maria Neiva, ambos representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Inicialmente, o presidente agradeceu a presença de todos, declarou aberto o ato e fez a leitura dos procedimentos da audiência pública, nos termos da Resolução/ANTT nº 3.026/09 e da Deliberação ANTT nº 351/09. Em seguida passou a palavra aos senhores Hélio Mauro França e Roberto Dias David que fizeram, em linhas gerais, a apresentação dos estudos de viabilidade. Na seqüência, houve intervalo para o recebimento de contribuições por escrito.

Após a retomada dos trabalhos, a secretária da audiência fez uma breve explanação das manifestações recebidas por ocasião da Consulta Pública nº 002/2009 e também daquelas recebidas previamente, por meio eletrônico, para a Audiência Pública nº 103/2009. Dando seguimento, procedeu à leitura das contribuições escritas recebidas durante o intervalo. Aquelas que apresentaram conteúdo muito extenso foram lidas de forma resumida devido à exigüidade do tempo.

O senhor **Valter de Almeida Lauras**, do Conselho de Trânsito e Conselho de Saúde de Campinas/SP, questionou se há previsão para construção de metrô na cidade de Campinas e se o projeto contempla o ramal que integra o aeroporto de Viracopos e o trem de alta velocidade. A senhora **Mayla Yara Porto**, da SOS Mata Santa Genebra, apresentou diversas sugestões: 1 - minimizar a extensão do trajeto nas áreas de proteção ambiental (APAs) e ambientalmente sensíveis; 2 – apontar as linhas de oleodutos e gasodutos no percurso; 3 – priorizar viadutos a aterros em áreas de proteção permanente (APPs); 4 – proibir o trajeto em áreas de cavernas e feições cársticas; 5 – implantar e detalhar barreiras acústicas necessárias; 6 – realizar inventário das áreas de reserva legal e reserva particular do patrimônio natural (RPPNs) na área de abrangência; 7 – avaliar e delimitar impactos no meio rural; 8 – considerar o mapa de áreas prioritárias; 9 – apresentar estudo comparativo com a avaliação dos impactos ambientais associados a cada alternativa de implantação do

trajeto. O senhor **Heraldo**, da Prolink, questionou por que o TAV não foi delineado considerando a modernização das linhas ferroviárias já existentes e por que é melhor embasar o projeto em novo traçado de alto investimento em detrimento a outro geologicamente mais favorável. O senhor **André Aranha Ribeiro**, da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas – EMDEC, sugeriu a compatibilização do traçado com o Plano Diretor de Expansão do Aeroporto de Viracopos, visando à otimização e compartilhamento de traçado e investimentos. O senhor **Carlos de Arruda Camargo**, da Prefeitura Municipal de Taubaté/SP, perguntou se a área de proteção ambiental (APA) federal do Paraíba do Sul pode receber os impactos ambientais do traçado referencial. O interessado também perguntou quais os procedimentos de segurança para as comunidades lindeiras urbanas e rurais no traçado referencial, citando o Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Perímetro Urbano (PRONURB). O senhor **Rubens Ferreira Leite**, da Sociedade Extrativa Santa Fé Ltda., solicitou que seja incluída nos estudos de viabilidade do TAV uma avaliação dos impactos econômicos negativos que advirão da implantação da linha férrea e como isso poderá ser compensado. Sugeriu, ainda, a realização de um estudo alternativo para contemplar a linha férrea já existente. Por fim, parabenizou a ANTT pela condução dos trabalhos relacionados ao trem de alta velocidade. A senhora **Carolina Meirelles Dantas**, da Aethra Sistemas Automotivos S.A, elogiou o projeto e perguntou quais os impactos indiretos causados pela necessidade de ampliação de usinas geradoras de energia elétrica e, também, qual será o planejamento paralelo para que a redução do fluxo das rodovias não se torne fluxo excessivo dentro das cidades contempladas pelo serviço, caso haja aumento da demanda. O senhor **Renato Souza Santos**, da Associação dos Aposentados e Pensionistas das Indústrias Metalúrgicas e Outras Categorias de Campinas, pontuou a necessidade de controle social, o custo do projeto de implantação, a sensação de justo custo-benefício, transparência, seriedade e controle social bi, tri e quadripartite. O senhor **Marcos Cuba**, mestre em comunicação social, questionou como será o programa de comunicação social com o público de influência das áreas direta e indiretamente impactadas. O senhor **Oswaldo Santos Bernardo de Moraes**, do Sindicato dos Rodoviários de Campinas, elogiou o projeto do TAV e manifestou seu interesse em observar investimentos no combate à fome, gratuidade aos idosos e reparos nas malhas viárias mais críticas do país.

As manifestações escritas recebidas durante o intervalo da manhã foram comentadas pelos senhores Hélio Mauro França e Roberto Dias Davi. Em seguida, passou-se para a fase de pronunciamento oral.

O senhor **Francisco Marcos Junior**, representante do endereço eletrônico Papo Livre, perguntou se no ramo Campinas/Viracopos haverá presença de algum túnel. O senhor **Carlos de Arruda Camargo**, da Prefeitura Municipal de Taubaté/SP, indagou se o trem de alta velocidade será mais um limite interno para o deslocamento e desenvolvimento dentro das cidades e qual será o planejamento de segurança para evitar roubos e depredações nas zonas rural e urbana. O senhor **Josmar Cappa**, do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP/Campinas, pontuou a necessidade de indução do desenvolvimento regional por meio da criação de parcerias com o setor privado e, ainda, o estímulo das prefeituras às futuras atividades econômicas. O manifestante também destacou a importância de estimular a intermodalidade e o transporte de cargas de pequeno e médio volume, além de garantir uma opção tecnológica que permita modernização futura do trem. O senhor **Hélio Carlos Jarretta**, da Prefeitura Municipal de Campinas, destacou que o Prefeito desse município criou um grupo de trabalho que tem feito contribuições e observações do Plano Diretor e planos de desenvolvimento da cidade em relação ao traçado e ao posicionamento de agregações de viabilidade ao TAV. O senhor **Paulo Sérgio Garcia de Oliveira**, da

Prefeitura Municipal de Campinas, solicitou que o estudo de impacto ambiental do TAV seja apresentado para exame técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Campinas e para manifestação do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campinas. O senhor **Fernando Aurélio Ribeiro Ferraz**, da Ribeiro Ferraz Corretora de Seguros, fez diversos questionamentos relacionados ao edital, mas, como o assunto seria tratado apenas na etapa da tarde, ele entregou a contribuição por escrito para ser analisada a posteriori pela equipe técnica, constando do relatório final da audiência pública. O senhor **Ruy Ignácio Moraes**, da Integral Participações S.A., manifestou preocupação com congestionamentos e acesso logístico ao aeroporto de Viracopos e à estação do trem de alta velocidade. O senhor **Renato Souza Santos**, da Associação dos Aposentados e Pensionistas das Indústrias Metalúrgicas e Outras Categorias de Campinas, falou sobre a importância do comprometimento e boa índole de todos os envolvidos em um projeto de tal magnitude. O senhor **Juarez Bispo Mateus**, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – CNTTT, primeiramente parabenizou a Agência pela realização da audiência e comentou a importância do investimento em infraestrutura para o crescimento do país, ressaltando a necessidade de haver um trem regional de Araraquara a Campinas e a integração entre bairros e cidades. O senhor **Valter de Almeida Lauras**, do Conselho de Trânsito e Conselho de Saúde de Campinas/SP, destacou a importância do evento e da implantação do TAV. O senhor **Rubens Ferreira Leite**, da Sociedade Extrativa Santa Fé Ltda., sugeriu que seja feito estudo comparativo de custos e interferências no sentido de aproveitar o traçado já existente, inclusive porque em quarenta anos haverá crescimento populacional e ocupacional no entorno do novo traçado. O senhor **Deslandi Torres**, da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas – EMDEC, manifestou preocupação com a possibilidade de o trem criar segregação dos locais em que o adensamento populacional é baixo. O manifestante também destacou a necessidade de o edital prever a obrigatoriedade de cumprimento, pela concessionária, das exigências relativas ao traçado referencial. Comentou também que a estação de Campinas e as instalações de manutenção devem ser construídas de forma que não criem incômodos na cidade, mencionando aspectos relacionados a estacionamento, condições de acesso viário e localização da estação e do pátio de manobras. O senhor **José Luís Vieira Müller**, do Instituto Jequitibá, ressaltou que devem ser considerados de forma realista e separadamente os custos sociais, ambientais e de desapropriação, para que não haja detrimento do interesse público. Por fim, mencionou falta de comunicação sobre as audiências à população menos favorecida. A senhora **Eneida Ramalho de Paula**, do Instituto Jequitibá, manifestou-se favoravelmente à implantação do TAV, mas criticou o fato de a audiência ser realizada em período de férias, no auditório de um hotel, com quantidade de assentos limitada e, também, alegou que não houve ampla divulgação da sessão na cidade, com as informações básicas que viabilizassem a participação ativa e efetiva da população. O senhor **Paulo Humberto de Souza Lima**, estudante, questionou se existe projeto futuro para interligar outras cidades com trem de alta velocidade, como Brasília, Vitória e municípios do nordeste, neste caso, devido ao turismo na região. A senhora **Mayla Yara Porto**, da SOS Mata Santa Genebra, inicialmente queixou-se de pouca divulgação da audiência e da ausência de gestores públicos no recinto. Em seguida, opinou que a melhor alternativa de traçado para o TAV será aquela que integrar processos de inclusão social, oportunidades de crescimento econômico e conservação de recursos naturais, com desenvolvimento sustentável. Ademais, criticou a utilização do *software* Quantm, pois há várias metodologias de desenvolvimento e aplicabilidade dos instrumentos sustentáveis que não foram cogitados. A manifestante também considerou que dados de 2008 não podem ser utilizados devido à dinâmica da urbanização e das paisagens urbanas e ambientais. Solicitou, ainda, que seja considerada uma abordagem metodológica abrangente das inter-relações entre economia e

meio ambiente, com um sistema de informação que incluía uma gama de funções, usualmente não colocadas, voltadas às questões ambientais. Enfim, perguntou como foi contemplado nos estudos o fato de haver migração de passageiros do transporte aéreo para o ferroviário, sendo o TAV um projeto multimodal e integrativo. O senhor **Marco Antônio de Souza Martins**, da Embu S.A., fez indagações sobre a previsão para data de início da operação do TAV e para finalização do estudo e relatório de impacto ambiental (EIA-RIMA). Por fim, pediu mais esclarecimentos sobre o que significa “referencial” relativamente ao traçado, ou seja, em que momento ou situação o traçado poderá ser alterado. Enfim, perguntou quais os limitantes básicos de uso e ocupação do solo no entorno da faixa de domínio do TAV. O senhor **Edno Cardoso**, da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos, manifestou sua decepção com a pouca participação da sociedade organizada e dos políticos da região. Em seguida, alegou que está sendo realizada uma licitação sem projeto, estudos de impacto ambiental ou custos definidos.

As manifestações orais da manhã foram comentadas pelos senhores Hélio Mauro França, Roberto Dias David e Paulo Lins. Seguiu-se intervalo para almoço.

Às quatorze horas, o presidente reiniciou os trabalhos e concedeu a palavra ao senhores Paulo Lins e Ana Maria Neiva, que apresentaram, respectivamente e em linhas gerais, os números da modelagem financeira/anexos técnicos da minuta do contrato de concessão e minutas de edital de licitação/contrato de concessão. Na seqüência, houve intervalo para o recebimento de contribuições por escrito.

Após a retomada dos trabalhos, a secretária procedeu à leitura das contribuições escritas recebidas durante o intervalo.

O senhor **Valter de Almeida Lauras**, do Conselho de Trânsito e Conselho de Saúde de Campinas/SP, questionou se será garantida uma parcela de viagens para pessoas de baixa renda. O senhor **Jean Carlo Pejo**, da J.C.PEJO Consultores Associados, fez questionamento sobre o valor de captação de recursos públicos de financiamento. A senhora **Lucimara Fioravante**, da 3M do Brasil Ltda., sugeriu que índices de nacionalização por grandes grupos de despesas e investimentos sejam incluídos no capital ou o projeto de engenharia contemple compras de equipamentos e serviços localmente, sempre que possível. O senhor **Carlos Arruda Camargo**, da Prefeitura Municipal de Taubaté-SP, perguntou se as estações obrigatórias poderão ser mudadas. O senhor **Valter de Almeida Lauras**, do Conselho de Trânsito e Conselho de Saúde de Campinas/SP, indagou sobre: 1 - as conseqüências para a concessionária em caso de não cumprimento das disposições contratuais; 2 - como é composta a comissão de avaliação do item 13; 3 - gratuidade de assentos a pessoas idosas. Os senhores **Paulo Jorgetti** e **Jorge Seki**, da Fundação CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, sugeriram que o edital exija da empresa contratada a utilização de produtos e recursos humanos nacionais, em caso de similaridade. Opinaram, também, que a transferência de tecnologia deverá permitir operação do sistema por profissionais brasileiros e capacitação nacional para o desenvolvimento de produção de TAV. O senhor **Aldimir Hervella**, do Conselho Municipal de Trânsito e Transportes (CMTT) Campinas, fez as seguintes perguntas: 1 - se a empresa terá nova chance de apresentar um segundo projeto caso sua primeira proposta seja rejeitada, havendo nova licitação; 2 - se as empresas brasileiras têm alguma vantagem em relação às estrangeiras; 3 - sobre as participações na comissão de controle social; 4 - se o idoso tem algum benefício na tarifa do TAV. O senhor **Deslandi Torres**, da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas – EMDEC, alegou que os itens 1 a 14 do Ofício nº 192/2009, encaminhado pela Prefeitura Municipal de Campinas ao Diretor Geral da ANTT, devem integrar o edital como obrigação do concessionário.

As manifestações escritas recebidas durante o intervalo da tarde foram comentadas pelos senhores Hélio Mauro França, Carlos Alberto São Tiago Hagström, Paulo Lins e Ana Maria Neiva. Em seguida, passou-se para a fase de pronunciamento oral.

O senhor **Valter de Almeida Lauras**, do Conselho de Trânsito e Conselho de Saúde de Campinas/SP, reiterou questionamento sobre gratuidade no TAV para pessoas idosas. A senhora **Carolina Meirelles Dantas**, da Aethra Sistemas Automotivos S.A, fez perguntas sobre a inversão de fases na licitação.

As manifestações orais da tarde foram comentadas pelos senhores Hélio Mauro França, Carlos Alberto São Tiago Hagström e Paulo Lins.

Registre-se que foram recebidas e protocoladas duas contribuições escritas dos senhores André Aranha Ribeiro, da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas – EMDEC e Paulo Humberto de Souza Lima, estudante, que não foram lidas por terem sido entregues à mesa após a etapa de registro e leitura das manifestações escritas. Não obstante, constarão do relatório final da audiência pública.

Não havendo mais contribuições, o presidente informou que a ata da sessão e o relatório da audiência serão, oportunamente, disponibilizados no endereço eletrônico da ANTT. Em seguida, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão.

Conforme art. 9º, §1º e §2º, da Resolução ANTT nº 3026/2009, esta ata foi lavrada pela secretária e subscrita por ela e pelo presidente da audiência.

Campinas, 15 de janeiro de 2010.

---

**Nilo Moriconi Garcia**  
Presidente da AP nº 103/2009

---

**Rafaela Paiva Brandão Lino**  
Secretária da AP nº 103/2009